



Boletim da Inflação

Resultados de 2025

Janeiro de 2026



Alimentos são determinantes para manter a inflação abaixo do teto da meta, mas a dieta saudável permanece inacessível para a maioria dos brasileiros

O início de 2025 foi marcado pela retomada de um tema recorrente no cotidiano brasileiro: o aumento dos preços dos alimentos. Esse movimento já vinha se desenhando ao longo de 2024 – segundo dados do IBGE (2025), o IPCA encerrou o ano com variação de 4,83%, enquanto o grupo de alimentação e bebidas acumulou alta de 7,69%. Esse descompasso evidencia que os preços dos alimentos avançaram em ritmo significativamente superior ao da inflação geral, e que ao longo de 2024, foi estabelecida uma base sobre a qual a inflação evoluiu em 2025, influenciando tanto a percepção das famílias quanto o comportamento do índice ao longo do ano.

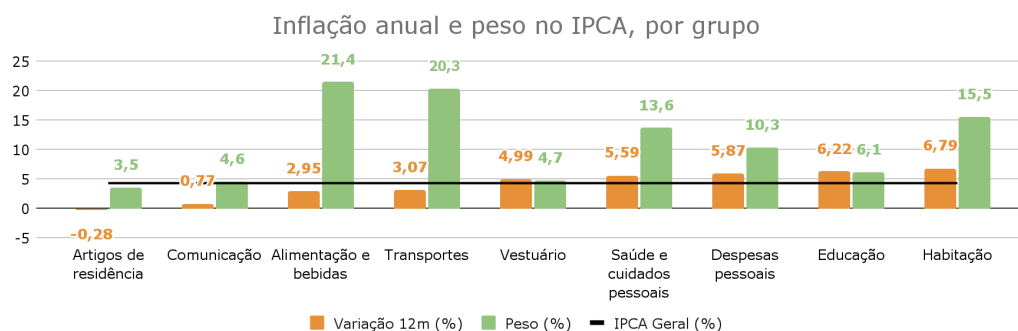
A inflação percebida pelas famílias brasileiras em 2025, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), foi de 4,26%. Isso significa que, em dezembro de 2025, os itens da cesta de consumo estavam 4,26% mais caros do que em dezembro do ano anterior. O resultado ficou acima da meta definida pelo Conselho Monetário Nacional (3%), mas abaixo do limite superior da meta (4,5%)¹ e bem inferior às projeções de mercado ao longo de 2025, que chegaram a 5,68% em março daquele ano².

Já a inflação de **Alimentos e Bebidas fechou o ano de 2025 em 2,95%**, atrás apenas dos grupos Artigos de residência (-0,28%) e Comunicação (0,77%). Esses dois grupos, somados, representam apenas 8,1% do IPCA geral, consideravelmente inferior ao peso dos Alimentos e Bebidas (21,4%). Assim, a combinação entre alto peso no índice e variação anual contida fez com que os alimentos e as bebidas **tenham sido os principais responsáveis pela inflação geral ter finalizado o ano abaixo do teto da meta.**

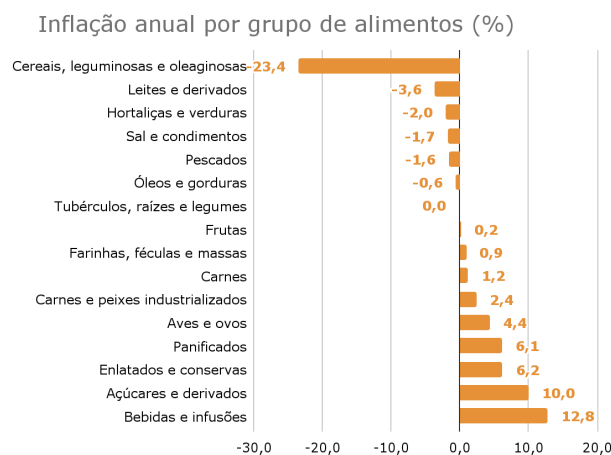
¹ O regime de metas de inflação é adotado no Brasil desde 1999. As metas funcionam âncoras para as expectativas dos agentes sobre a inflação futura. Elas são definidas pelo Conselho Monetário Nacional e o Banco Central, por meio das políticas monetárias, deve atuar para alcançá-la. Para saber mais, acesse: <https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/metainflacao>

² <https://www.bcb.gov.br/publicacoes/focus>

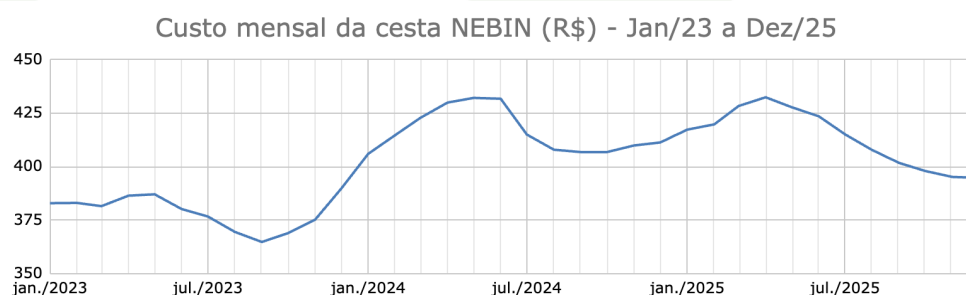
Essa característica torna a inflação de alimentos um dos principais pontos de conexão entre política macroeconômica e condições concretas de bem-estar, pois relaciona estabilidade de preços, pobreza e segurança alimentar.



Em 2025, muitos subgrupos de alimentos ficaram mais baratos quando comparados a dezembro do ano anterior. Os cereais, leguminosas e oleaginosas se destacaram, com preços 23,4% mais baixos do que os observados em dezembro de 2024. Esse fenômeno também foi percebido em leites e derivados (-3,6%), hortaliças e verduras (-2,0%), sal e condimentos (-1,7%), pescados (-1,6%) e óleos e gorduras (-0,6%). Por outro lado, as bebidas e infusões e os açúcares e derivados lideraram os aumentos no período, com variações de 12,8% e 10,0%, respectivamente.



Um item essencial para o prato do brasileiro, o arroz, contribuiu para conter a inflação alimentar; ficou 26,6% mais barato em relação ao ano anterior. Além disso, o custo de uma alimentação ideal em termos de qualidade nutricional e sustentabilidade, considerando o monitoramento da Cesta NEBIN, dá sinais otimistas: **desde abril de 2025, essa cesta tem se tornado mais barata e atingiu, em dezembro de 2025, o custo de R\$ 395, o menor valor em dois anos.**



A cesta NEBIN foi elaborada por pesquisadores da UERJ, USP e UNIFESP e reúne majoritariamente alimentos in natura e minimamente processados e com menor impacto ambiental, de acordo com as recomendações do Guia Alimentar para a População Brasileira e da Comissão EAT-Lancet. Assim, representa um conjunto de alimentos ideais em termos nutricionais e de sustentabilidade.

Apesar dessa queda, é importante notar que essa cesta ideal continua fora do alcance para uma grande parcela da população. **Uma família de quatro pessoas, por exemplo, comprometeria R\$ 1.579 da renda domiciliar apenas com alimentação**, sem considerar outros gastos mensais, valor acima do salário mínimo vigente à época (R\$ 1.518)³.

Sob outra ótica, considerando **o peso da alimentação na cesta de consumo do brasileiro segundo o IBGE (21,4%)**, um indivíduo precisaria receber ao menos R\$ 1.845 para arcar com o custo da cesta alimentar ideal e os demais gastos cotidianos. À luz dos dados divulgados pelo IBGE em maio de 2025, referentes ao

³ <https://www.ipeadata.gov.br/ExibeSerie.aspx?serid=1739471028>



rendimento domiciliar per capita no país em 2024, essa cesta ideal era inalcançável para mais de 60% da população brasileira.

Dadas as desigualdades históricas do país, é esperado que **as barreiras não se distribuam de forma homogênea no território nacional**. Extrapolando a inflação medida nas regiões metropolitanas e capitais pelo IPCA para as respectivas macrorregiões e considerando os rendimentos per capita divulgados pelo IBGE, observa-se que **mais de 80% da população no Nordeste e mais de 70% na região Norte⁴ não teriam condições de adquirir essa cesta saudável sem comprometer outras despesas**.

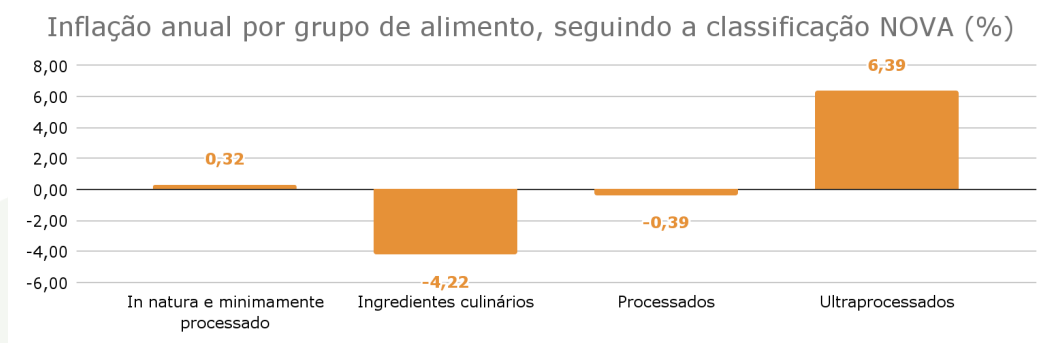
Outra forma de monitoramento é a variação de preço conforme as categorias da classificação NOVA, proposta pelo Núcleo de Pesquisas Epidemiológicas em Nutrição e Saúde da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (NUPENS/USP). Em 2025, o aumento anual de preços nos alimentos in natura e minimamente processados (0,32%) foi significativamente menor do que aqueles observados nos alimentos ultraprocessados (6,39%), que representam mais riscos à saúde⁵.

Segundo um estudo⁶ de 2023 do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec) e a ACT Promoção da Saúde, políticas públicas de incentivo tributário, regulamentações sanitárias e a própria composição da cesta básica **têm historicamente favorecido a presença de alimentos ultraprocessados**, possivelmente ampliando seu consumo.

⁴ Os custos das cestas NEBIN nas regiões Nordeste e Norte em dezembro de 2025 eram de R\$ 367 e R\$ 376 respectivamente, o que significa que o rendimento mensal deveria ser de, ao menos, R\$ 1.717 e R\$ 1.759, respectivamente para que fosse possível comprar a cesta em questão e garantir as demais despesas cotidianas.

⁵ A classificação NOVA, proposta pelo NUPENS/USP, permite avaliar os alimentos segundo o grau de processamento, associando comportamento de preços e qualidade nutricional.

⁶ https://idec.org.br/sites/default/files/1_estudo_cesta_basica_2.pdf



Os dados apresentados revelam, também, uma janela de oportunidade e um desafio estrutural: **o ano de 2025 encerrou com inflação geral dentro do intervalo de tolerância em grande parte, graças à variação contida nos preços de Alimentos e Bebidas.** No entanto, a inflação contida e os preços relativos ainda não proporcionam um alívio para consumidores e produtores.

A manutenção de um cenário mais equilibrado da inflação de alimentos **pode depender, em grande medida, de um ambiente climático e cambial que permita alguma previsibilidade na produção agrícola.** Por exemplo, com choques adversos na produção, o alívio recente pode ser revertido, reacendendo a pressão inflacionária sobre os alimentos ou outros gastos básicos que acabam comprometendo a cesta. **Mas sem estratégias de adaptação produtiva e estoques reguladores, choques climáticos podem comprometer tanto o controle inflacionário quanto o acesso contínuo a alimentos adequados,** especialmente nas regiões mais pobres do país.

Ou seja, enquanto a fome (insegurança alimentar grave) não desaparece e atinge mais de 6 milhões de brasileiros, a cesta saudável permanece desproporcionalmente onerosa para famílias de menor renda e, sozinha, comprometeria boa parte do orçamento.

Diante desse cenário complexo e paradoxal, o Pacto Contra a Fome **defende que desenhar estratégias de contenção da inflação** que se conectem com o fortalecimento de políticas públicas estruturantes **deve ser prioridade para os**



governos. Essas estratégias, por sua vez, precisam de um nível de **articulação intergovernamental para garantir acesso e disponibilidade de alimentos saudáveis** e ser integradas com programas de inclusão socioeconômica e geração de renda, de modo a aumentar o poder de compra das famílias.



Ficha técnica

Bruno Gomes

Especialista de inteligência estratégica

Eliseu Verly Junior

Coordenador vinculado ao Núcleo de Epidemiologia e Biologia da Nutrição, Departamento de Epidemiologia, Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Felipe Amorim Pereira

Consultor - Lupa Social

Luan Paciencia

Consultor - Lupa Social

Sulamita Santana

Coordenadora de inteligência estratégica

Ricardo Mota

Gerente de inteligência estratégica

Walter Belik

Co-fundador do Instituto Fome Zero